

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CIBELLE REDES OWCZARZAK

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

**CURITIBA
2014**

CIBELLE REDES OWCZARZAK

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Monografia apresentada para a obtenção parcial do grau de Bacharel em Ciência Econômicas do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dra. Angela Welters

**CURITIBA
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

CIBELLE REDES OWCZARZAK

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dra. Angela Welters
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	i
LISTA DE TABELAS	ii
LISTA DE SIGLAS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	7
1 DESENVOLVIMENTO: ENTENDENDO O CONCEITO	8
2 DESCRIÇÃO DE ÍNDICES E INDICADORES UTILIZADOS.....	13
2.1 Índice de Desenvolvimento Humano:.....	13
2.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios:.....	14
2.2 Índice de Gini:	15
2.3 Produto Interno Bruto:.....	15
2.3.1 Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i> :	16
3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES.....	18
3.1 Região Norte:.....	18
3.2 Região Nordeste:	24
3.3 Região Centro-Oeste:	30
3.4 Região Sudeste:.....	34
3.5 Região Sul:	38
CONCLUSÃO.....	43
ANEXOS	44
REFERÊNCIAS.....	47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – SATISFAÇÃO COM A SUA VIDA.....	11
FIGURA 2 – REGIÃO NORTE IDH-GINI 2000.....	22
FIGURA 3 – REGIÃO NORTE IDH-GINI 2010.....	23
FIGURA 4 – REGIÃO NORDESTE IDH-GINI 2000.....	28
FIGURA 5 – REGIÃO NORDESTE IDH-GINI 2010.....	29
FIGURA 6 – REGIÃO CENTRO-OESTE IDH-GINI 2000.....	33
FIGURA 7 – REGIÃO CENTRO-OESTE IDH-GINI 2010.....	33
FIGURA 8 – REGIÃO SUDESTE IDH-GINI 2000.....	37
FIGURA 9 – REGIÃO SUDESTE IDH-GINI 2010.....	38
FIGURA 10 – REGIÃO SUL IDH-GINI 2000.....	41
FIGURA 11 – REGIÃO SUL IDH-GINI 2010.....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RENDA PER CAPITA – REGIÃO NORTE.....	18
TABELA 2 – IDH-M – REGIAO NORTE.....	20
TABELA 3 – ÍNDICE DE GINI – REGIÃO NORTE.....	21
TABELA 4 – RENDA PER CAPITA – REGIÃO NORDESTE.....	24
TABELA 5 – IDH-M – REGIAO NORDESTE.....	26
TABELA 6 – ÍNDICE DE GINI – REGIÃO NORDESTE.....	27
TABELA 7 – RENDA PER CAPITA – REGIÃO CENTRO-OESTE.....	30
TABELA 8 – IDH-M – REGIAO CENTRO-OESTE.....	31
TABELA 9 – ÍNDICE DE GINI – REGIÃO CENTRO-OESTE.....	32
TABELA 10 – RENDA PER CAPITA – REGIÃO SUDESTE.....	34
TABELA 11 – IDH-M – REGIAO SUDESTE.....	35
TABELA 12 – ÍNDICE DE GINI – REGIÃO SUDESTE.....	36
TABELA 13 – RENDA PER CAPITA – REGIÃO SUL.....	39
TABELA 14 – IDH-M – REGIAO SUL.....	40
TABELA 15 – ÍNDICE DE GINI – REGIÃO SUL.....	40

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre

AL – Alagoas

AM – Amazonas

AP – Amapá

BA – Bahia

CE – Ceará

DF – Distrito Federal

ES – Espírito Santo

GO - Goiás

IDH– Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MA – Maranhão

MG – Minas Gerais

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

PA – Pará

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PI - Piauí

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR - Paraná

RDH– Relatório de Desenvolvimento Humano

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RNB– Renda Nacional Bruta

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SE – Sergipe

SP – São Paulo

TO - Tocantins

WVS – World Values Survey

RESUMO

Este trabalho foi focado em analisar o nível de desenvolvimento do Brasil em comparação ao seu grau de desigualdade social. Com esse objetivo foi analisada a evolução do IDH, do índice de Gini e da renda per capita das cinco grandes regiões do Brasil durante os anos de 2000 e 2010. Os principais resultados evidenciaram aumento na renda per capita e redução na desigualdade social na quase totalidade dos estados. Apesar de evidências de crescimento econômico, os resultados observados são muito desiguais entre o território nacional e o nível de concentração de renda ainda é elevado, evidenciando grande desigualdade social em regiões consideradas desenvolvidas.

Palavras-Chave: Crescimento econômico, desenvolvimento, desigualdade social, IDH, Gini, renda per capita

ABSTRACT

This research was focused on the analysis of the level of Brazil's development compared to its social inequality. With this purpose was analyzed the evolution of the HDI, Gini index and the per capita income of the five big regions in Brazil during the years of 2000 and 2010. The main results showed an increase at per capita income and reduction on social inequality in almost all states. Despite evidences of economic growth, the observed results are very uneven across the country and the level of income concentration remains high, demonstrating a huge social inequality in the so-called developed regions.

Keywords: Economic growth, development, social inequality, HDI, Gini, per capita income

INTRODUÇÃO

A preocupação com a geração de riquezas muitas vezes acaba se sobrepondo ao desenvolvimento de fato. No melhor dos mundos, um aumento no desenvolvimento deve ser acompanhado de queda na concentração de renda da população, entretanto, bem sabe-se que isto nem sempre ocorre. Um aumento na geração de riquezas pode promover um aumento no desenvolvimento, porém, não necessariamente significará uma redução na desigualdade social. Este trabalho é focado na análise do desenvolvimento econômico do Brasil comparado ao seu grau de desigualdade social abordando o período compreendido pelos anos de 2000 e 2010.

A fim de proporcionar um melhor entendimento e conscientização sobre a relevância do tema, este trabalho traz inicialmente a identificação de novas abordagens para o conceito de desenvolvimento, levando em consideração aspectos que vão além do alcance do simples e puro crescimento econômico. Logo após, há uma breve descrição dos indicadores e índices que serão utilizados na análise dos dados.

O objetivo do presente trabalho é verificar por meio da comparação de indicadores econômicos e sociais a possibilidade de haver um alto nível de desigualdade social dentro de regiões que apresentem um Índice de Desenvolvimento Humano elevado, ou seja, dentro de regiões que apresentem crescimento e desenvolvimento econômico segundo tais indicadores.

Tendo em consideração o objetivo explicitado anteriormente, apresenta-se nas análises dos indicadores um panorama geral do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nas cinco grandes regiões do Brasil bem como suas disparidades no nível da distribuição de rendimentos através do índice de Gini. As análises ocorrerão primeiramente pela comparação de cada Unidade da Federação com a região em que se localizam. Na sequência faz-se uma comparação da Unidade da Federação com a Federação e então, analisa-se a situação da região em relação ao território nacional.

1 DESENVOLVIMENTO: ENTENDENDO O CONCEITO

Na busca pela compreensão do real sentido do que seria de fato o desenvolvimento, uma das primeiras coisas que se passa à mente é a relação entre o conceito de crescimento econômico e o conceito de desenvolvimento. Segundo Oliveira (2002) nas definições mais clássicas, o principal condicionante para o alcance do desenvolvimento é o aumento da renda, “muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos” OLIVEIRA (2002, p.38).

Segundo Bresser (2006), o desenvolvimento econômico pode ocorrer tanto pelo aumento da renda per capita quanto pelo aumento sustentado da produtividade, ambos relacionados ao processo de acumulação de capital e à incorporação de progresso técnico para atingir tal fim “o crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção” BRESSER (2006, p.2).

Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento. BRESSER (2006, p. 1).

De acordo com a interpretação de Bresser, a importância do Estado se define por meio da existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento que irá determinar o grau de aceleração do mesmo, “o estado, na sua qualidade de principal instituição normativa de uma sociedade moderna, torna-se, na sua outra qualidade de instituição organizacional, o instrumento por excelência de ação coletiva da nação para promover o desenvolvimento” BRESSER (2006, p. 2).

É fato que a prática de mensurar o desenvolvimento de um território apenas por aspectos econômicos já não é mais plenamente satisfatória. Com a maior velocidade da propagação de dados e informações entre o mundo inteiro proporcionada pela globalização, temos hoje uma discussão muito mais ampla sobre o tema.

Amartya Sen é um dos principais autores a contribuir com a contraposição do desenvolvimento dado especificamente por fatores de crescimento econômico, como PIB, renda, industrialização e progresso técnico. Em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen enfatiza a dependência de diversas outras variáveis para a promoção deste complexo processo de desenvolvimento. Por exemplo, além da industrialização e até mesmo do progresso técnico é necessário que haja progresso dos serviços de educação e de saúde, a existência de voz política (democratização) da população e ampliação dos direitos civis.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. SEN (2010, p.18).

Segundo a interpretação de Sen (2010), são as carências destas outras variáveis citadas que, quando vivenciadas pela população, limitam a liberdade do indivíduo e conseqüentemente o desenvolvimento como um todo. A partir da obra de Sen é possível elencar algumas liberdades instrumentais, são elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Liberdades políticas: Incluem os direitos civis, e referem-se à liberdade de escolha por parte das pessoas sobre que deve governar e porque, além dos direitos de fiscalização e crítica dos governantes através de uma imprensa livre e atuante. Facilidades econômicas: Oportunidades por parte das pessoas para utilizar recursos econômicos para o

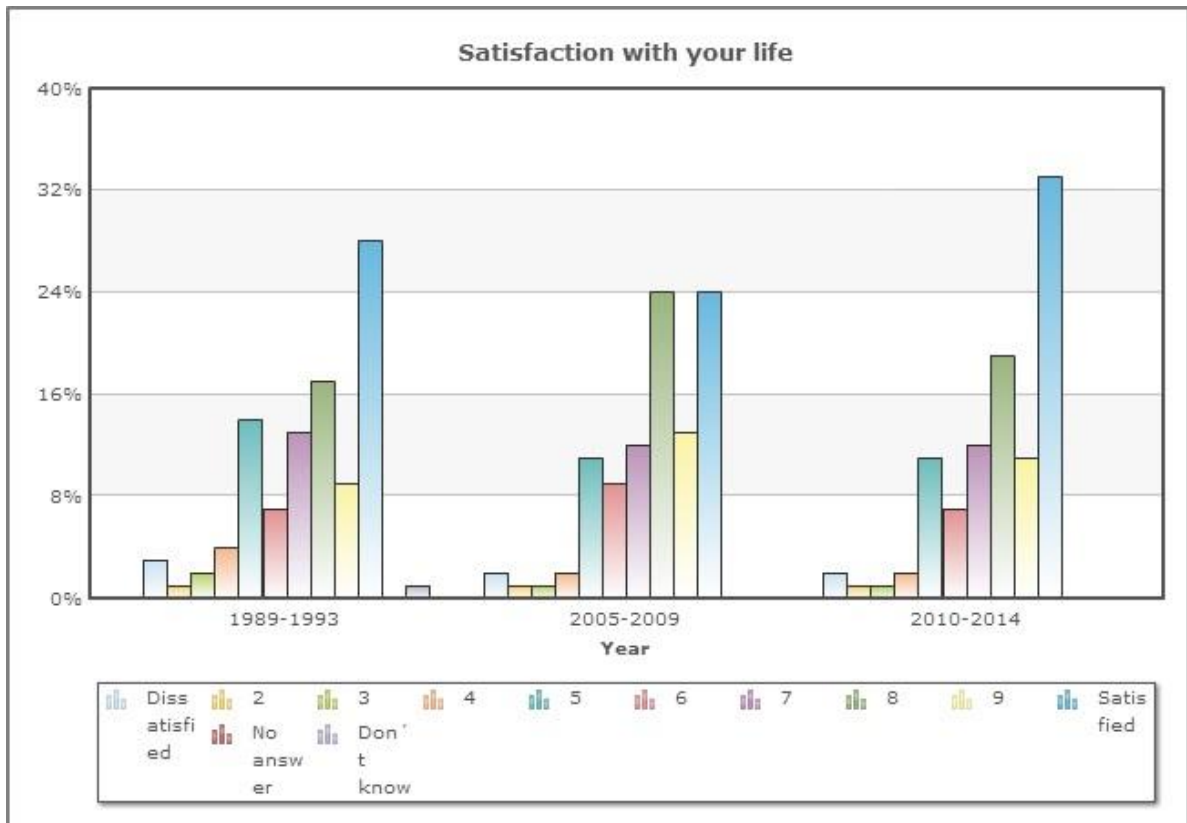
consumo, produção ou troca. Para isto, os mecanismos de mercado podem ter um valor fundamental, já que permitem a livre circulação de pessoas e produtos na economia. Oportunidades sociais: Referem-se aos serviços de saúde, educação, etc, que permitem ao indivíduo não apenas viver melhor em sua vida privada (escapando da miséria através de um trabalho mais bem qualificado, por exemplo), quanto também participar melhor da vida pública (a capacidade de ler jornais é fundamental para a atividade política, por exemplo). Garantias de transparência: Referem-se à necessidade de uma pessoa esperar sinceridade em sua relação com outras pessoas, instituições e com o próprio Estado. Além de essencial para a coesão social, ela pode ter papel importante na prevenção da corrupção, por exemplo. Segurança protetora: resguarda os vulneráveis de caírem na miséria extrema através de uma rede de seguridade social e outras medidas que visem as garantias mínimas de sobrevivência das pessoas. SILVA (2010, p. 4-5).

Para Sen (2010), o desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam e de nada adianta seguir um modelo de desenvolvimento que seja baseado em alicerces como a riqueza econômica se tal riqueza não for refletida na melhoria das condições de vida dos indivíduos.

No entanto, pode ser difícil encontrar uma forma prática para retratar os ideais de Sen na mensuração do desenvolvimento. Na base de dados disponibilizada pela World Values Survey¹ (WVS), encontram-se variáveis que vão de encontro com a abordagem proposta por Amartya Sen. Na tentativa de mensurar a melhoria nas condições de vida dos indivíduos, pode-se por exemplo, analisar a variável “satisfação com a vida”. No gráfico a seguir, devem entender-se que a primeira coluna de cada período significa uma completa insatisfação com a vida e a última coluna significa o oposto, ou seja, que o indivíduo encontra-se em plena satisfação com a sua vida.

¹ A World Values Survey é uma rede global de cientistas sociais que estudam as mudanças dos valores e seu impacto na vida social e política.

FIGURA1: SATISFAÇÃO COM A SUA VIDA - BRASIL



FONTE: World Values Survey (WVS)

Com o passar dos anos a sociedade tem abordado o conceito de desenvolvimento por uma nova perspectiva, que foi tomando proporções cada vez mais abrangentes. Uma das discussões mais recentes em pauta é sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Gro Harlem Brundtland² definiu o desenvolvimento sustentável como “a forma com que as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND apud ESTENDER; PITTA, 2011, p.2). Tem-se então esta nova abordagem ainda mais complexa, buscando harmonizar as questões financeiras e as questões ambientais.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos

² Primeira ministra norueguesa na década de 1980, além de líder internacional em desenvolvimento sustentável e saúde pública.

investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CAMARGO apud ESTENDER; PITTA, 2011, p.3).

Estender e Pitta (2011) mostram que o desenvolvimento pelo lado da sustentabilidade aborda questões como a preocupação do ser humano com as condições de seu planeta e de seu semelhante. Melhor dizendo, o desenvolvimento sustentável preocupa-se com os impactos causados no meio ambiente em decorrência do processo de crescimento econômico, pois tais impactos afetam diretamente a qualidade de vida da população, comprometendo gerações futuras. Segundo Estender e Pitta (2011, p.4) “percebeu-se então que a questão a ser tratada não era somente uma questão ambiental ou econômica, mas sim, uma questão social”.

De acordo com a interpretação de Estender e Pitta (2011, p.4), é importante ter a noção de um quadro completo, aonde o desenvolvimento da sustentabilidade vai além do controle da poluição, mas consiste em dimensões ambientais, econômicas e sociais “o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, a sustentabilidade estaria condicionada ao desenvolvimento simultâneo dos três pilares”.

Percebe-se então que para a mensuração do desenvolvimento como um todo, deve-se explorar o maior número possível de variáveis relevantes, procurando abranger uma maior quantidade de aspectos concernentes ao desenvolvimento. Embora exista uma gama de abordagens muito grande para o conceito de desenvolvimento, e sejam todas elas extremamente relevantes, como por exemplo, o desenvolvimento sustentável, o foco deste trabalho diz respeito ao desenvolvimento humano partindo do IDH e da desigualdade social.

Com este intuito, neste trabalho a análise do IDH será complementada com outros indicadores, objetivando retratar de forma mais fiel as condições de desenvolvimento nas cinco grandes regiões do país. Na sequência segue descrição e explicação técnica para o IDH e demais indicadores complementares utilizados na análise a ser realizada posteriormente.

2 DESCRIÇÃO DE ÍNDICES E INDICADORES UTILIZADOS

2.1 Índice de Desenvolvimento Humano:

De acordo com Paulani e Braga (2007), o Índice de Desenvolvimento é uma medida resumida do progresso no longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

O índice de desenvolvimento humano – IDH, criado pelas Nações Unidas, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida nos países. O IDH, que considera em seu cálculo três variáveis, quais sejam, saúde, educação e renda *per capita*, varia entre zero e um, classificando os países em três grupos: os de baixo desenvolvimento (IDH menor do que 0,5); os de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8); e os de alto desenvolvimento (IDH maior do que 0,8). (PAULANI e BRAGA, 2007, p. 272).

O IDH surgiu como um contraponto a indicadores (ex: PIB per capita) que somente consideram as dimensões econômicas do desenvolvimento. Mesmo não abrangendo todos os aspectos de desenvolvimento, o IDH ampliou a perspectiva do desenvolvimento humano. Segundo a interpretação de Paulani e Braga (2007, p. 275) “não há ainda nenhum indicador mais completo sobre o grau de desenvolvimento humano de um país do que o IDH”.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)³, a mensuração das três dimensões (renda, educação e saúde) que sustentam o IDH é obtida pela seguinte maneira:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a

³ É reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano. O RDH inclui o IDH e apresentando dados e análises relevantes, abordando questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento.

expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Ainda segundo informações divulgadas pelo site do PNUD, o IDH tem sido utilizado pelo governo federal brasileiro através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

2.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios:

O índice de Desenvolvimento Humano de Municípios (IDH-M) mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica, assim como o IDH. Segundo o PNUD, o IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global. O indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), as dimensões utilizadas para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios são as mesmas: educação, longevidade e renda. Alguns dos indicadores, entretanto, são diversificados, pois algumas adaptações metodológicas se fizeram necessárias “embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores” ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2003).

Segundo consta no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), na dimensão educação os indicadores considerados são: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e taxa bruta de frequência à escola; na dimensão longevidade o indicador utilizado permanece o mesmo do IDH Global, ou seja, a esperança de vida ao nascer; e por fim, na dimensão renda o critério considerado é a renda média de cada residente no município, melhor dizendo, a renda municipal *per*

capita. Deve levar-se em consideração que ainda não há um ajuste pelo índice de Gini, ou seja, pela desigualdade para o IDH-M como no caso do IDH Global.

2.2 Índice de Gini:

O índice de Gini⁴ é um instrumento que possibilita fazer uma avaliação da distribuição de renda de um país. Segundo Paulani e Braga (2007), ao analisar o índice de Gini é possível detectar posições desconfortáveis de um país em relação a distribuição de sua renda uma vez que aponta a diferença entre o rendimento dos mais pobres e dos mais ricos “uma avaliação de como a renda é distribuída na economia pode ser realizada pelo índice de Gini. Esse índice varia de zero a um, ou de zero a cem. Quanto mais próximo de um, ou de cem, pior a concentração da renda” PAULANI e BRAGA (2007, p. 262).

O perfil de distribuição da renda constitui variável de enorme importância, já que um país pode ser substancialmente rico e crescer a taxas razoáveis, mas reproduzindo padrões de desigualdade inaceitáveis e carregando consigo, portanto, substantivos contingentes de populações miseráveis, desprovidas das condições mínimas de subsistência. PAULANI e BRAGA (2007).

Sendo assim, segundo Paulani e Braga (ano), se o crescimento econômico for mal distribuído, a maior parte da população não estará se beneficiando da elevação de renda gerada na economia, por esta razão este índice é extremamente relevante ao tratar-se de desenvolvimento “é perfeitamente possível haver crescimento sem desenvolvimento” PAULANI e BRAGA (2007, p. 265).

2.3 Produto Interno Bruto:

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador utilizado para mensurar a atividade econômica de uma região. Segundo Rossetti (1982), o cálculo do PIB consiste na soma de todos os bens e serviços finais, não considerando as transações

⁴ O índice de Gini mede o grau de concentração de qualquer tipo de distribuição, não se restringindo apenas à renda.

intermediárias, “decorre assim, do valor bruto da produção da economia, deduzindo o valor das transações intermediárias e dos subsídios” ROSSETTI (1982, p.171).

Os bens e serviços importados não podem ser partes integrantes do PIB, uma vez que não são produzidos internamente. Em contrapartida, as exportações de mercadorias e serviços devem ser somadas ao PIB. De acordo com Rossetti (1982, p.173) “Assim, devem ser deduzidas as importações de mercadorias e serviços, somando-se, por evidentes razões, as exportações de mercadorias e serviços”. De modo geral, pode-se dizer que o PIB é um instrumento que possibilita a mensuração da riqueza interna de um território econômico, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

2.3.1 Produto Interno Bruto *Per Capita*:

O PIB *per capita* é mais um indicador econômico utilizado no auxílio de informações sobre o grau de crescimento econômico e desenvolvimento. Segundo Paulani e Braga (2007), o PIB per capita consiste na divisão do produto agregado pelo total da população, ou seja, divide-se o PIB total acumulado pelo número total de habitantes do mesmo território.

Embora seja um indicador amplamente utilizado dentro da economia, ainda não é satisfatório por si só em uma análise de desenvolvimento, pois não retrata, por exemplo, as disparidades dentro da distribuição de renda e o nível de desigualdade social. Paulani e Braga (2007) consideram o produto per capita como um indicador qualitativamente superior ao PIB total quando o objetivo é avaliar o desempenho econômico de um território. Contudo, deve ser levado em consideração que o PIB per capita trata-se claramente de uma média.

Segundo Paulani e Braga (2007, p. 259), “na análise do desempenho econômico de um país, devemos investigar inicialmente não o valor de seu produto agregado, mas o valor de seu produto per capita, isto é, o produto agregado dividido pela população total. Segundo a interpretação dos autores, pode-se dizer que o PIB *per capita* retrata o nível de renda dos habitantes e da produtividade das regiões analisadas a grosso modo.

Na ausência de informações sobre como o produto é verdadeiramente distribuído, o mero conhecimento do valor do produto per capita de um determinado país é insuficiente para que possamos tirar qualquer conclusão quanto ao estágio de desenvolvimento em que esse país se encontra. PAULANI; BRAGA (2007, p.259).

Para uma análise em termos de desenvolvimento abrangendo a qualidade de vida e não somente o aspecto econômico, outros indicadores, além das estatísticas fornecidas por este, se fazem necessários.

3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES

Com base nas definições apresentadas no tópico anterior, as comparações e análises serão realizadas a partir de dados disponibilizados pelo IPEA para os anos 2000 e 2010 referentes às grandes regiões do Brasil.

3.1 Região Norte:

A região Norte do Brasil compreende as seguintes unidades federativas: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ao analisar o desenvolvimento pela abordagem da renda, tem-se, de acordo com a Tabela 1, um aumento generalizado na renda per capita em todos os estados componentes da região Norte do Brasil.

TABELA 1: RENDA PER CAPITA – REGIÃO NORTE

Sigla	Estado	2000	2010
AC	Acre	360,63	522,15
AM	Amazonas	351,63	539,80
AP	Amapá	424,57	598,98
PA	Pará	335,76	446,76
RO	Rondônia	467,16	670,82
RR	Roraima	462,18	605,59
TO	Tocantins	344,41	586,62

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores reais.

Efetuando a comparação da renda per capita em 2010 de cada unidade da federação em relação à renda per capita média da região e da federação, que correspondem a aproximadamente R\$567,00 e R\$1.600,00 respectivamente⁵, as seguintes situações são obtidas:

Acre: apesar de ter havido um crescimento da renda per capita no período, tal renda é inferior à renda média da região Norte em aproximadamente R\$45,00. Em

⁵ Média realizada a partir de informações disponíveis para consulta no Anexo.

relação à média da renda per capita do território nacional, a situação se agrava, pois a diferença é de mais de R\$1.000,00.

Amazonas: sua renda per capita também é inferior à média regional, sendo tal diferença de aproximadamente R\$28,00. Assim como no Acre, em relação à média nacional a diferença aumenta substancialmente, correspondendo a mais de R\$1.000,00.

Amapá: apresenta uma renda per capita superior à renda média da região Norte. Ainda assim, sua renda é inferior à renda per capita média nacional em aproximadamente R\$1.000,00 também.

Pará: apresenta o pior desempenho no quesito renda de toda a região Norte. A diferença em relação à renda média da região gira em torno de R\$120,00 e conseqüentemente a diferença se agrava em relação a renda per capita nacional, ficando em mais de R\$1.150,00.

Rondônia: Contrariamente ao Pará, Rondônia possui o melhor desempenho da região Norte em termos de rendimentos per capita. Sua renda per capita supera a média regional em mais de R\$100,00. Ainda que esteja à frente da média regional, seu desempenho ainda não é o bastante para superar a renda per capita média nacional.

Roraima: fica logo atrás de Rondônia, sendo o segundo melhor desempenho da região Norte em termos de renda per capita. Assim como as demais unidades federativas da região, Roraima também fica aquém da renda per capita média nacional.

Tocantins: deixa de ocupar uma das piores posições do Norte em 2000 e passa a estar acima da renda per capita média regional em torno de R\$20,00 em 2010. No entanto, em comparação com a renda per capita média nacional, sua renda também é inferior em um pouco mais de R\$1.000,00.

Observa-se então, que mesmo com uma elevação generalizada dos rendimentos per capita, a totalidade da região ainda está muito aquém da média nacional, sendo a região Norte cenário de uma das rendas per capita mais baixas do país.

Analisando o desenvolvimento da região Norte pela perspectiva do IDH, tem-se de acordo com a Tabela 2, que a comparação entre o IDHM dos anos 2000 e 2010 para os estados desta região evidencia um aumento geral dos indicadores sociais. Tais resultados correspondem à melhora ponderada dos indicadores de longevidade, educação e renda, conforme contemplados no cálculo do IDHM, de forma que uma elevação geral no índice sinaliza avanços rumo ao desenvolvimento.

TABELA 2: IDH-M – REGIÃO NORTE

Sigla	Estado	2000	2010
AC	Acre	0,517	0,663
AM	Amazonas	0,515	0,674
AP	Amapá	0,577	0,708
PA	Pará	0,518	0,646
RO	Rondônia	0,537	0,690
RR	Roraima	0,598	0,707
TO	Tocantins	0,525	0,699

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

Efetuada a comparação do IDHM em 2010 de cada unidade da federação em relação ao IDHM médio da região Norte e da federação, que correspondem a 0,683 e 0,699 respectivamente⁶, verifica-se o seguinte quadro:

Acre: tem o segundo pior IDHM da região Norte. Sendo assim, seu IDMH é inferior à média regional e nacional.

Amazonas: possui um IDHM um pouco mais elevado do que o Acre, mas da mesma forma, também fica abaixo do IDHM da região Norte e do IDH do Brasil.

Amapá: o Amapá possui o IDHM mais elevado de toda a região Norte, ficando também à frente da média nacional.

Pará: possui o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo do Norte do país. Presumidamente, também está aquém do IDH nacional.

⁶ Informação disponível para verificação no Anexo.

Rondônia: o estado de Rondônia possui um IDHM superior ao da região. Quase se iguala ao IDH nacional, ficando abaixo deste apenas por uma pequena diferença na terceira casa decimal.

Roraima: possui o segundo melhor IDHM da região Norte e também supera o IDH a nível nacional.

Tocantins: o estado de Tocantins possui um IDHM superior ao da região Norte. Em termos de desenvolvimento nacional, o IDHM do estado do Tocantins é exatamente igual ao IDH do Brasil.

Diferentemente da abordagem de desenvolvimento pela renda per capita, analisando o IDHM, a região Norte apresenta casos que superam o indicador nacional. Interessante observar que alguns estados inverteram de posição em relação a este ranking, como é o caso do Amazonas e Pará, embora ambos apresentem uma elevação no IDHM. O resultado otimista do IDHM sinalizando a melhora em alguns aspectos na qualidade de vida da população não aborda, por exemplo, a questão da desigualdade de renda, indicador relevante de qualidade de vida.

TABELA 3: ÍNDICE DE GINI – REGIÃO NORTE

Sigla	Estado	2000	2010
AC	Acre	0,64	0,63
AM	Amazonas	0,67	0,65
AP	Amapá	0,62	0,60
PA	Pará	0,65	0,62
RO	Rondônia	0,60	0,56
RR	Roraima	0,61	0,63
TO	Tocantins	0,65	0,60

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Conforme previamente explicado, o índice de Gini é uma medida de desigualdade de renda com qual torna-se possível evidenciar o grau de concentração de renda de uma região. Através da Tabela 3 será efetuada a comparação do índice de Gini em 2010 de cada unidade da federação em relação ao Gini médio da região

Norte e da federação, que correspondem a 0,61 e 0,55 respectivamente⁷, verifica-se o seguinte quadro:

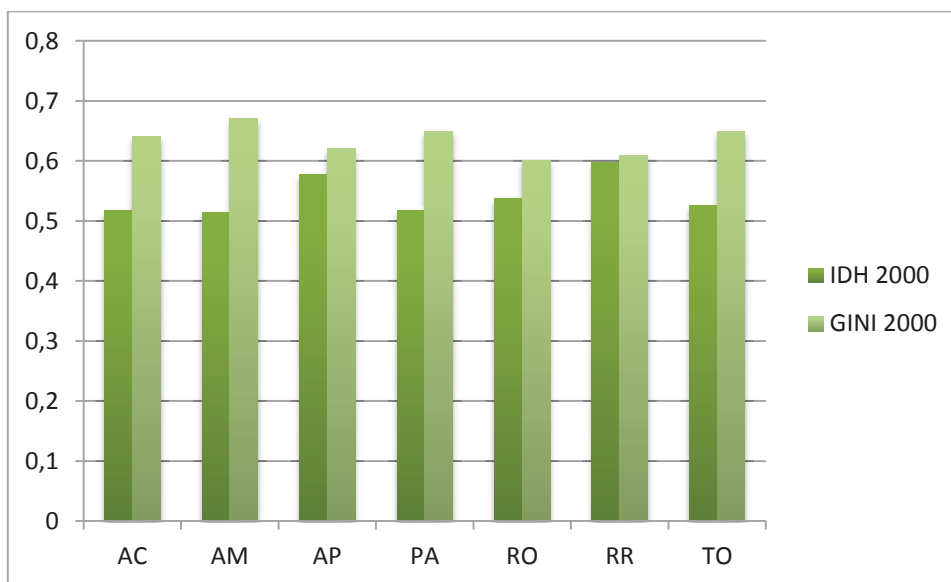
Acre: possui um coeficiente de Gini elevado, superior tanto ao coeficiente médio da região como ao do país.

Amazonas: o Amazonas tem o pior desempenho da região Norte em termos de concentração de renda, ou seja, possui o coeficiente de Gini mais elevado entre os sete estados do Norte brasileiro. Evidentemente também encontra-se acima do Gini nacional.

Amapá: possui um grau de concentração de renda inferior ao da região Norte. Ainda assim, seu coeficiente de Gini é demasiado elevado, sendo superior ao nacional.

Pará: possui um coeficiente de Gini elevado, superior tanto ao coeficiente médio da região como ao do país.

FIGURA 2: REGIÃO NORTE IDH-GINI 2000



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

⁷ Informação disponível para verificação no Anexo.

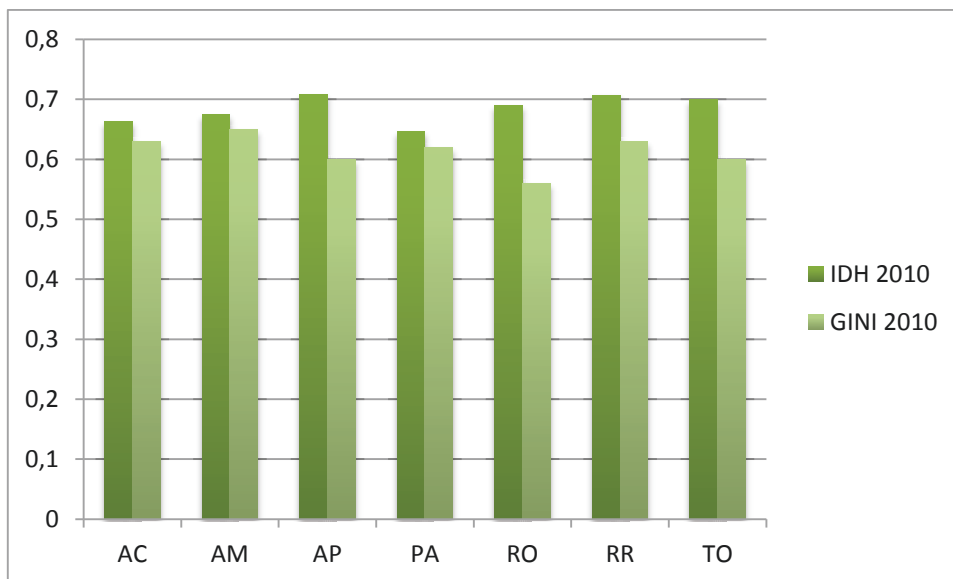
Rondônia: o estado de Rondônia possui o menor nível de concentração de renda da região Norte e embora seja mais elevado do que coeficiente de Gini nacional, a diferença é mínima.

Roraima: o estado de Roraima, além de possuir um coeficiente de Gini superior ao Gini médio da região Norte, apresentou elevação do mesmo no período, sinalizando aumento de desigualdade social. Presumidamente, o nível de concentração de renda deste estado é superior ao nacional.

Tocantins: assim como o Amapá, o estado de Tocantins possui um grau de concentração de renda inferior ao da região Norte, porém ainda superior ao Gini nacional.

As figuras 2 e 3 retratam a evolução e comportamento do IDHM e índice de Gini nos anos 2000 e 2010. A movimentação das colunas é a ideal a ser alcançada, ou seja, as colunas de IDH avançando e as colunas referentes ao Gini regredindo.

FIGURA 3: REGIÃO NORTE IDH-GINI 2010



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

Fica evidente que a região Norte possui um alto nível de concentração de renda mesmo com reduções no índice de Gini verificadas em quase todas as unidades federativas da região, exceto em Roraima, significando que o aumento de renda foi menos sentido pela população, pois de acordo com o índice de Gini, houve também

uma piora na distribuição de tais rendimentos. Logo, no caso de Roraima tem-se uma evolução segundo o IDHM e uma piora na qualidade de vida em termos de desigualdade de renda.

3.2 Região Nordeste:

A região Nordeste do Brasil compreende as seguintes unidades federativas: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Ao analisar o desenvolvimento pela abordagem da renda, tem-se, de acordo com a Tabela 4, um aumento generalizado na renda per capita em todos os estados componentes da região Nordeste do Brasil.

TABELA 4: RENDA PER CAPITA – REGIÃO NORDESTE

Sigla	Estado	2000	2010
AL	Alagoas	285,29	432,56
BA	Bahia	322,04	496,73
CE	Ceará	310,21	460,63
MA	Maranhão	218,27	360,34
PB	Paraíba	299,09	474,94
PE	Pernambuco	367,31	525,64
PI	Piauí	254,78	416,93
RN	Rio Grande do Norte	351,01	545,42
SE	Sergipe	326,67	523,53

FONTES: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores reais.

Efetuada a comparação da renda per capita em 2010 de cada unidade da federação em relação à renda per capita média da região e da federação, que correspondem a aproximadamente R\$470,00 e R\$1.600,00 respectivamente⁸, as seguintes situações são obtidas:

Alagoas: apesar de ter havido um crescimento da renda per capita no período, tal renda é inferior à renda média da região Nordeste em aproximadamente R\$38,00. Comparando em termos de Brasil, a situação se agrava muito, com uma distância superior a R\$1.150,00.

⁸ Média realizada a partir de informações disponíveis para consulta no Anexo.

Bahia: a renda per capita da Bahia é superior à média de rendimentos per capita da região Nordeste. Ainda assim, a renda per capita média nacional é superior em mais de R\$1.100,00.

Ceará: o estado do Ceará é mais um caso de renda per capita inferior tanto em relação à média regional quanto, e principalmente, a média nacional.

Maranhão: o estado do Maranhão não só fica abaixo da renda per capita média da região Nordeste, como possui a renda per capita mais baixa de todo o território nacional. A diferença da renda per capita média nacional para a renda per capita do Maranhão é bastante elevada, sendo um pouco menos de R\$1.250,00.

Paraíba: possui uma renda per capita levemente superior a renda per capita média regional e como nos demais estados da região, ainda fica muito aquém da média de rendimentos per capita do Brasil.

Pernambuco: a renda per capita de Pernambuco é superior em R\$55,00 à renda per capita regional e uma das mais elevadas do Nordeste brasileiro. Em relação à média de rendimentos per capita nacional, ainda é muito distante.

Piauí: o estado do Piauí é outro caso de renda per capita inferior tanto em relação à média regional quanto em relação à média nacional.

Rio Grande do Norte: possui a renda per capita mais elevada da região Nordeste. Sua renda é superior à média regional em aproximadamente R\$75,00. Mesmo nestas condições, em relação à renda per capita nacional o Rio Grande do Norte é inferior em cerca de R\$1.000,00.

Sergipe: a renda per capita de Sergipe é superior à média de rendimentos per capita da região Nordeste, mas assim como os demais estados da região ainda encontra-se em uma posição bastante discrepante da renda per capita nacional.

Segundo os dados fornecidos pelo IPEA, no período analisado, muitos dos estados nordestinos apresentaram os maiores crescimentos de renda per capita do país. Porém, é importante ressaltar que a renda per capita da região Nordeste ainda é a mais baixa se comparada com as demais grandes regiões brasileiras.

Analisando o desenvolvimento da região Nordeste pela perspectiva do IDH, tem-se de acordo com a Tabela 5, que a comparação entre o IDHM dos anos 2000 e 2010 para os estados desta região evidencia um aumento geral dos indicadores

sociais, correspondendo à melhora ponderada dos indicadores de longevidade, educação e renda, conforme contemplados no cálculo do IDHM, evidenciando melhorias quanto ao desenvolvimento.

TABELA 5: IDH-M – REGIÃO NORDESTE

Sigla	Estado	2000	2010
AL	Alagoas	0,471	0,631
BA	Bahia	0,512	0,660
CE	Ceará	0,541	0,682
MA	Maranhão	0,476	0,639
PB	Paraíba	0,506	0,658
PE	Pernambuco	0,544	0,673
PI	Piauí	0,484	0,646
RN	Rio Grande do Norte	0,552	0,684
SE	Sergipe	0,518	0,665

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

Efetuada a comparação do IDHM em 2010 de cada unidade da federação em relação ao IDHM médio da região Nordeste e da federação, que correspondem a 0,659 e 0,699 respectivamente⁹, verifica-se o seguinte quadro:

Alagoas: possui um IDHM abaixo da média regional, sendo o pior estado quanto a este índice de todo o território nacional.

Bahia: a Bahia supera o IDHM médio da região Nordeste, porém, apesar do progresso obtido no período, continua abaixo do IDH nacional.

Ceará: ocupa a segunda posição no ranking regional em relação ao IDHM. Na comparação a nível nacional, ainda está abaixo do IDH médio.

Maranhão: o Maranhão possui o segundo pior IDHM do país, estando certamente abaixo do IDHM regional e nacional.

Paraíba: o estado da Paraíba de aproxima muito do IDHM regional, mas ainda é inferior, e conseqüentemente também está abaixo do IDH do Brasil no período analisado.

⁹ Informação disponível para verificação no Anexo.

Pernambuco: o Pernambuco encontra-se com um IDHM superior ao IDHM médio da região Nordeste, porém, apesar dos avanços no período, continua abaixo do IDH nacional.

Piauí: possui um IDHM inferior ao índice regional e por sua vez também inferior ao IDH nacional deste período.

Rio Grande do Norte: o estado do Rio Grande do Norte lidera o ranking de IDHM da região Nordeste e, portanto, está acima da média regional. Interessante notar que mesmo ocupando a primeira posição do Nordeste, ainda assim o estado não alcança o IDH nacional.

Sergipe: possui um IDHM superior ao regional, mas assim como os demais estados nordestinos, permanece inferior ao IDH brasileiro.

Apesar de haver crescimento, e este ponto é muito positivo, o Nordeste apresenta o menor IDHM entre as demais regiões brasileiras neste período. Nenhuma das unidades federativas compreendidas por esta região alcançou o nível de desenvolvimento humano médio brasileiro.

O IDHM pode deixar de contemplar fatores relevantes para o entendimento do que deixa o Nordeste aquém das demais regiões do país, como por exemplo, o grau de concentração de renda que será abordado na sequência.

TABELA 6: ÍNDICE DE GINI – REGIÃO NORDESTE

Sigla	Estado	2000	2010
AL	Alagoas	0,68	0,63
BA	Bahia	0,66	0,62
CE	Ceará	0,67	0,61
MA	Maranhão	0,65	0,62
PB	Paraíba	0,63	0,61
PE	Pernambuco	0,66	0,62
PI	Piauí	0,65	0,61
RN	Rio Grande do Norte	0,64	0,60
SE	Sergipe	0,65	0,62

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Analisando a Tabela 6, observa-se uma queda referente ao índice de Gini em toda a região Nordeste, o que é muito bom, pois quanto mais próximo de zero estiver este índice mais justa será a distribuição de renda, de forma que qualquer redução é bem vista.

Efetuada a comparação do índice de Gini em 2010 de cada unidade da federação em relação ao Gini médio da região Nordeste e da federação, que correspondem a 0,62 e 0,55 respectivamente¹⁰, verifica-se o seguinte quadro:

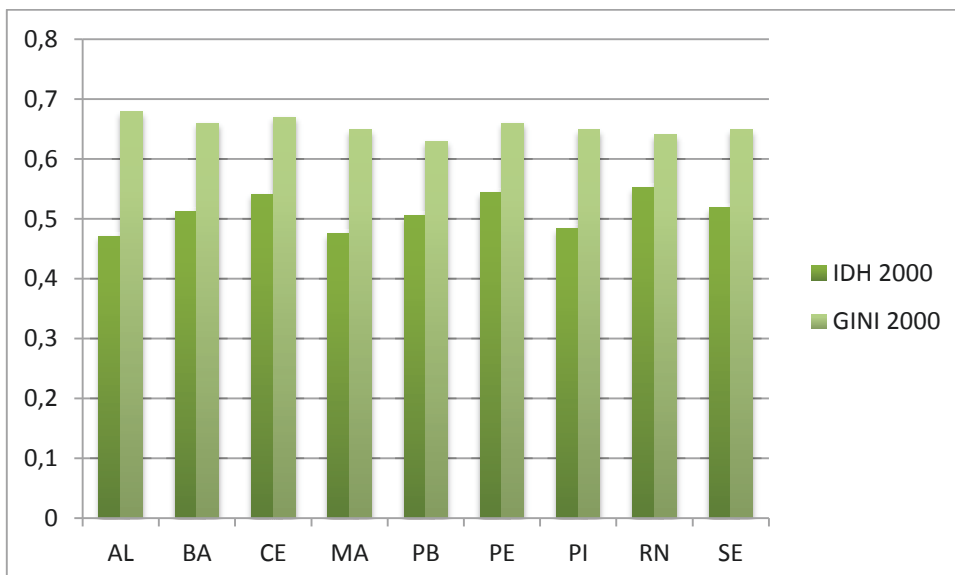
Alagoas: possui o mais elevado grau de concentração da região Nordeste além de ser um dos mais elevados do Brasil.

Bahia: também possui um Gini igual ao Gini regional superior ao Gini nacional, evidenciando um padrão de desigualdade social.

Ceará: o Ceará apresenta um coeficiente de Gini inferior ao Gini regional. Mas ainda apresenta um grau de concentração de renda superior ao nacional.

Maranhão: assim como o estado da Bahia, o coeficiente de Gini do Maranhão é igual ao Gini regional e superior nacional, consequentemente.

FIGURA 4: REGIÃO NORDESTE IDH-GINI 2000



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor.

¹⁰ Informação disponível para verificação no Anexo.

Paraíba: apresenta um coeficiente de Gini inferior ao Gini regional, porém ainda superior ao coeficiente de Gini nacional.

Pernambuco: o Pernambuco também possui um coeficiente de Gini igual ao regional e superior ao nacional, indicando alta desigualdade social.

Piauí: o estado do Piauí apresenta um coeficiente de Gini inferior ao Gini regional, porém ainda superior ao coeficiente de Gini nacional.

Rio Grande do Norte: é a única unidade da federação da região Nordeste que apresenta um coeficiente de Gini inferior ao Gini regional. Entretanto, tal coeficiente ainda é mais elevado do que o nacional.

Sergipe: o Sergipe possui um Gini exatamente igual do Gini encontrado para a região Nordeste e superior ao Gini encontrado para o Brasil.

Apesar de ter ocorrido uma redução na concentração dos rendimentos no período, a região Nordeste lidera o ranking de região mais desigual do Brasil em 2010. O grau de concentração de renda, embora apresente evolução no período, permanece bastante elevado.

As figuras 4 e 5 retratam a evolução e comportamento do IDHM e do índice de Gini nos anos 2000 e 2010. A movimentação das colunas é a ideal a ser alcançada, ou seja, as colunas de IDH avançando e as colunas referentes ao Gini regredindo.

FIGURA 5: REGIÃO NORDESTE IDH-GINI 2010



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

3.3 Região Centro-Oeste:

A região Centro-Oeste do Brasil compreende as seguintes unidades federativas: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Ao analisar o desenvolvimento pela abordagem da renda, tem-se, de acordo com a Tabela 7, um aumento generalizado na renda per capita em todas as unidades federativas componentes da região Nordeste do Brasil.

TABELA 7: RENDA PER CAPITA– REGIÃO CENTRO-OESTE

Sigla	Estado	2000	2010
DF	Distrito Federal	1.199,44	1.715,11
GO	Goiás	571,49	810,97
MS	Mato Grosso do Sul	576,33	799,34
MT	Mato Grosso	582,62	762,52

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores reais.

Efetuada a comparação da renda per capita em 2010 de cada unidade da federação em relação à renda per capita média da região e da federação, que correspondem a aproximadamente R\$1.020,00 e R\$1.600,00 respectivamente¹¹, as seguintes situações são obtidas:

Distrito Federal: o Distrito Federal ocupa posição de destaque por estar acima das rendas per capita médias tanto da região Centro-Oeste como do Brasil, possuindo a mais alta renda per capita do território nacional.

Goiás: o estado de Goiás possui a segunda maior renda per capita do Centro-Oeste, porém inferior a renda per capita média regional em torno de R\$200,00. Em relação à renda per capita nacional, esta distância fica em aproximadamente R\$800,00.

Mato Grosso do Sul: a renda per capita do Mato Grosso do Sul é inferior a renda per capita da região e do território nacional. A disparidade para com a renda per capita

¹¹ Média realizada a partir de informações disponíveis para consulta no Anexo.

do Brasil é de aproximadamente R\$800,00, ou seja, o dobro de seus rendimentos per capita.

Mato Grosso: o Mato Grosso possui a menor renda per capita da região. Da mesma maneira que o Mato Grosso do Sul, a disparidade para com a renda per capita do Brasil é de aproximadamente R\$800,00, ou seja, um pouco mais do que dobro de seus rendimentos per capita.

De modo geral, a renda per capita da região Centro-Oeste é a que mais se aproxima da renda per capita nacional. Fica evidente na região Centro-Oeste uma enorme disparidade do Distrito Federal com os demais estados da região, tomando proporções ainda maiores se comparado com unidades federativas do Nordeste, como por exemplo, o Maranhão onde a renda per capita em 2010 corresponde a apenas R\$360.

Analisando o desenvolvimento da região Centro-Oeste pela perspectiva do IDH, tem-se de acordo com a Tabela 8, que a comparação entre o IDHM dos anos 2000 e 2010 para os estados desta região evidencia um aumento geral dos indicadores sociais. Tais resultados correspondem à melhora ponderada dos indicadores de longevidade, educação e renda, conforme contemplados no cálculo do IDHM.

TABELA 8: IDH-M – REGIÃO CENTRO-OESTE

Sigla	Estado	2000	2010
DF	Distrito Federal	0,725	0,824
GO	Goiás	0,615	0,735
MS	Mato Grosso do Sul	0,613	0,729
MT	Mato Grosso	0,601	0,725

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

Efetuada a comparação do IDHM em 2010 de cada unidade da federação em relação ao IDHM médio da região Centro-Oeste e da federação, que correspondem a 0,753 e 0,699 respectivamente¹², verifica-se o seguinte quadro:

¹² Informação disponível para verificação no Anexo.

Distrito Federal: o Distrito Federal se destaca por configurar exclusivamente na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Seu IDHM é superior tanto ao IDHM médio da região quanto ao IDH nacional.

Goiás: o estado de Goiás apesar de ocupar a segunda posição no ranking regional, possui um IDHM inferior ao regional, porém superior ao IDH do Brasil.

Mato Grosso do Sul: o estado de Mato Grosso do Sul também possui um IDHM inferior ao regional e superior ao IDH nacional.

TABELA 9: ÍNDICE DE GINI – REGIÃO CENTRO-OESTE

Sigla	Estado	2000	2010
DF	Distrito Federal	0,63	0,63
GO	Goiás	0,60	0,55
MS	Mato Grosso do Sul	0,62	0,56
MT	Mato Grosso	0,62	0,55

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

Mato Grosso: o Mato Grosso é mais um caso do Centro-Oeste com IDHM inferior ao IDHM médio regional, porém superior ao IDH nacional. Interessante observar que apesar de possuir o menor IDHM da região Centro-Oeste, ainda assim fica à frente de qualquer IDHM obtido nas regiões Norte e Nordeste.

Como o cálculo do IDHM não contempla a questão de distribuição de renda, será abordado na sequência a análise do índice de Gini através da Tabela 9.

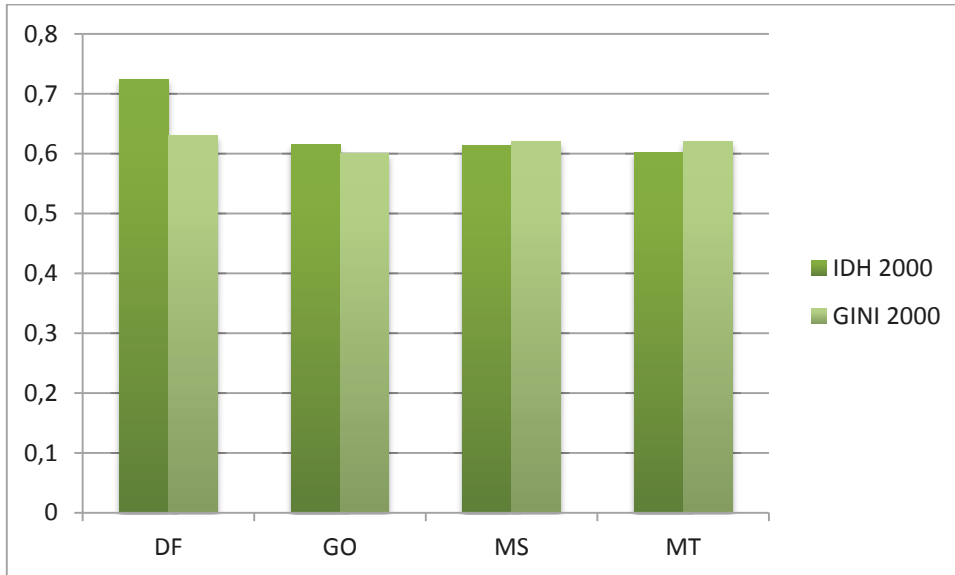
Efetuando a comparação do índice de Gini em 2010 de cada unidade da federação em relação ao Gini médio da região Centro-Oeste e da federação, que correspondem a 0,57 e 0,55 respectivamente¹³, verifica-se o seguinte quadro:

Distrito Federal: o Distrito Federal possui o maior nível de concentração de renda da região Centro-Oeste, e um dos mais elevados do país, e ainda assim permaneceu inalterado em relação a este índice, não apresentando melhora na

¹³ Informação disponível para verificação no Anexo.

distribuição de renda em um período de dez anos, muito embora seja a Unidade da Federação com o IDHM mais elevado de todo o território nacional.

FIGURA 6: REGIÃO CENTRO-OESTE IDH-GINI 2000

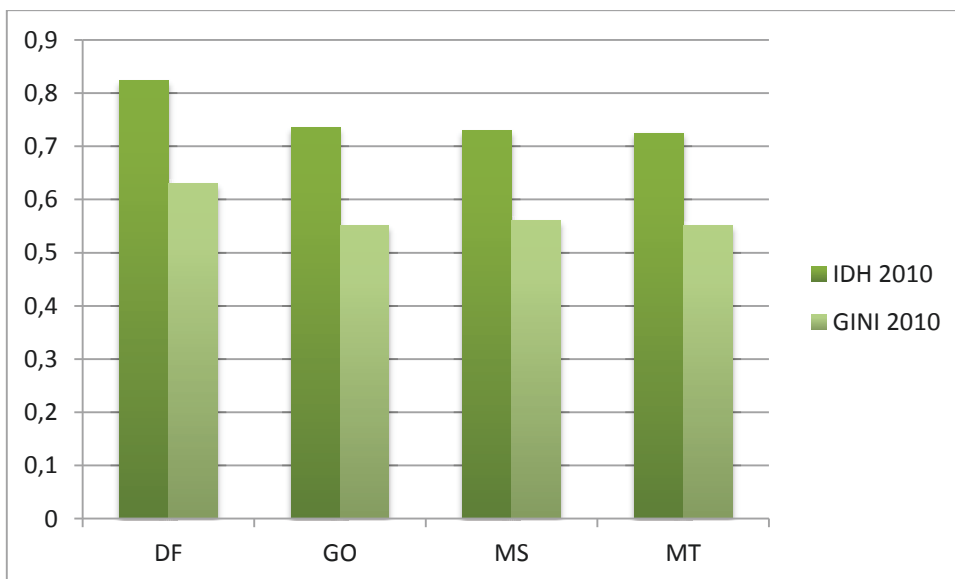


FONTE: Ipeadata.Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

Goiás: o estado de Goiás possui um coeficiente de Gini que se iguala ao Gini nacional e, portanto, é inferior ao Gini da região Centro-Oeste.

FIGURA 7: REGIÃO CENTRO-OESTE IDH-GINI 2010



FONTE: Ipeadata.Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

Mato Grosso do Sul: possui um coeficiente de Gini inferior ao Gini regional, porém superior ao Gini encontrado a nível nacional.

Mato Grosso: o estado de Mato Grosso encontra-se na mesma situação de Goiás, com um coeficiente de Gini que se iguala ao Gini nacional e, portanto, inferior ao Gini regional.

A região Centro-Oeste fica em destaque com o segundo maior avanço na desigualdade de renda do país. As figuras 6 e 7 retratam a evolução e comportamento do IDHM e do índice de Gini nos anos 2000 e 2010. A movimentação das colunas é a ideal a ser alcançada, ou seja, as colunas de IDH avançando e as colunas referentes ao Gini regredindo.

3.4 Região Sudeste:

A região Sudeste do Brasil compreende as seguintes unidades federativas: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao analisar o desenvolvimento pela abordagem da renda, tem-se, de acordo com a Tabela 10, um aumento generalizado na renda per capita em todas as unidades federativas componentes da região Sudeste do Brasil.

TABELA 10: RENDA PER CAPITA – REGIÃO SUDESTE

Sigla	Estado	2000	2010
ES	Espírito Santo	574,17	815,43
MG	Minas Gerais	548,87	749,69
RJ	Rio de Janeiro	826,04	1.039,30
SP	São Paulo	882,40	1.084,46

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores reais.

Efetuada a comparação da renda per capita em 2010 de cada unidade da federação em relação à renda per capita média da região e da federação, que

correspondem a aproximadamente R\$920,00 e R\$1.600,00 respectivamente¹⁴, as seguintes situações são obtidas:

Espírito Santo: possui uma renda per capita inferior à renda per capita média da região Sudeste em aproximadamente R\$100,00. A discrepância aumenta se comparada à renda per capita nacional, onde a diferença fica em torno de R\$780,00.

Minas Gerais: o estado de Minas Gerais apresenta o pior desempenho do Sudeste brasileiro em relação à rendimentos per capita. A disparidade para com a renda per capita nacional fica em torno de R\$150,00.

Rio de Janeiro: o Rio de Janeiro tem uma renda per capita acima da regional, sendo a segunda maior renda per capita do Sudeste e a terceira maior do Brasil.

São Paulo: o estado de São Paulo, assim como o Rio de Janeiro, supera os rendimentos per capita da região Sudeste, sendo o número um neste ranking e ocupando a segunda posição a nível nacional em relação à renda per capita.

Analisando o desenvolvimento da região Sudeste pela perspectiva do IDH, tem-se de acordo com a Tabela 11, que a comparação entre o IDHM dos anos 2000 e 2010 para os estados desta região evidencia um aumento geral dos indicadores sociais, sinalizando avanços em direção ao desenvolvimento.

TABELA 11: IDH-M – REGIÃO SUDESTE

Sigla	Estado	2000	2010
ES	Espírito Santo	0,640	0,740
MG	Minas Gerais	0,624	0,731
RJ	Rio de Janeiro	0,664	0,761
SP	São Paulo	0,702	0,783

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

Efetuada a comparação do IDHM em 2010 de cada unidade da federação em relação ao IDHM médio da região Sudeste e da federação, que correspondem a 0,753 e 0,699 respectivamente¹⁵, verifica-se o seguinte cenário:

¹⁴ Média realizada a partir de informações disponíveis para consulta no Anexo.

¹⁵ Informação disponível para verificação no Anexo.

Espírito Santo: possui um IDHM inferior ao IDHM médio da região Sudeste, porém superior ao IDH nacional.

Minas Gerais: o estado de Minas Gerais tem o pior desempenho em termos de IDHM do Sudeste, mas ainda assim, supera o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Rio de Janeiro: o Rio de Janeiro possui um IDHM superior ao regional e presumidamente também superior ao IDH nacional.

São Paulo: o estado de São Paulo fica em destaque possuindo o IDHM mais elevado do Sudeste brasileiro, e o segundo melhor IDHM em relação as demais unidades federativas do Brasil.

Importante ressaltar que mesmo com o pior desempenho da região Sudeste em termos de IDHM, ainda supera todos os estados das regiões Norte e Nordeste, e metade das unidades federativas da região Centro-Oeste.

No que diz respeito à concentração de renda, pode-se dizer que a região Sudeste também apresentou um quadro de evolução conforme evidenciado pela Tabela 12.

TABELA 12: ÍNDICE DE GINI – REGIÃO SUDESTE

Sigla	Estado	2000	2010
ES	Espírito Santo	0,60	0,56
MG	Minas Gerais	0,61	0,56
RJ	Rio de Janeiro	0,60	0,59
SP	São Paulo	0,58	0,56

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

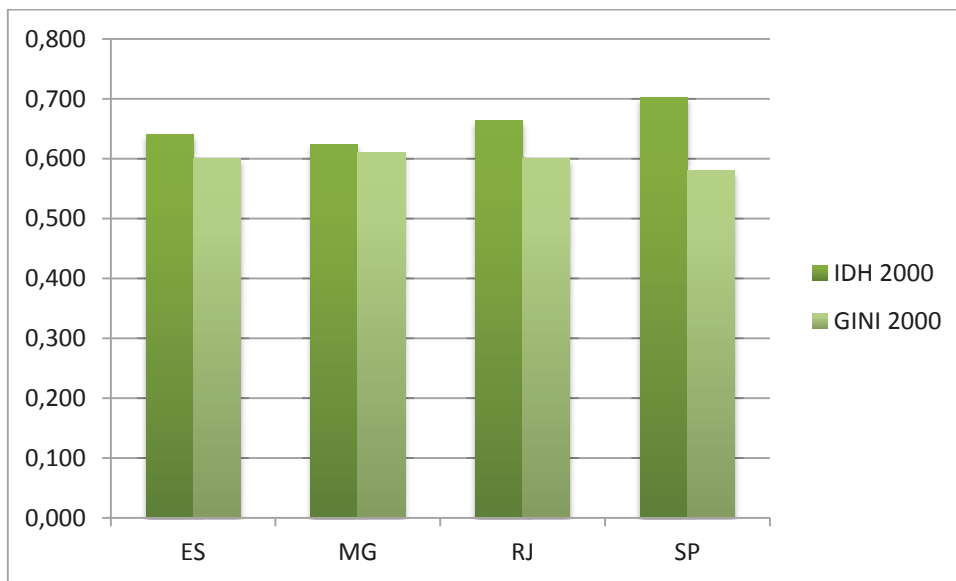
Efetuada a comparação do índice de Gini em 2010 de cada unidade da federação em relação ao Gini médio da região Centro-Oeste e da federação, que correspondem a 0,57 e 0,55 respectivamente¹⁶, verifica-se o seguinte quadro:

¹⁶ Informação disponível para verificação no Anexo.

Espírito Santo: possui um IDHM inferior ao IDHM regional, porém superior ao IDH nacional.

Minas Gerais: o estado de Minas Gerais também possui um grau de concentração de renda inferior ao verificado na região, porém superior ao nível nacional.

FIGURA 8: REGIÃO SUDESTE IDH-GINI 2000



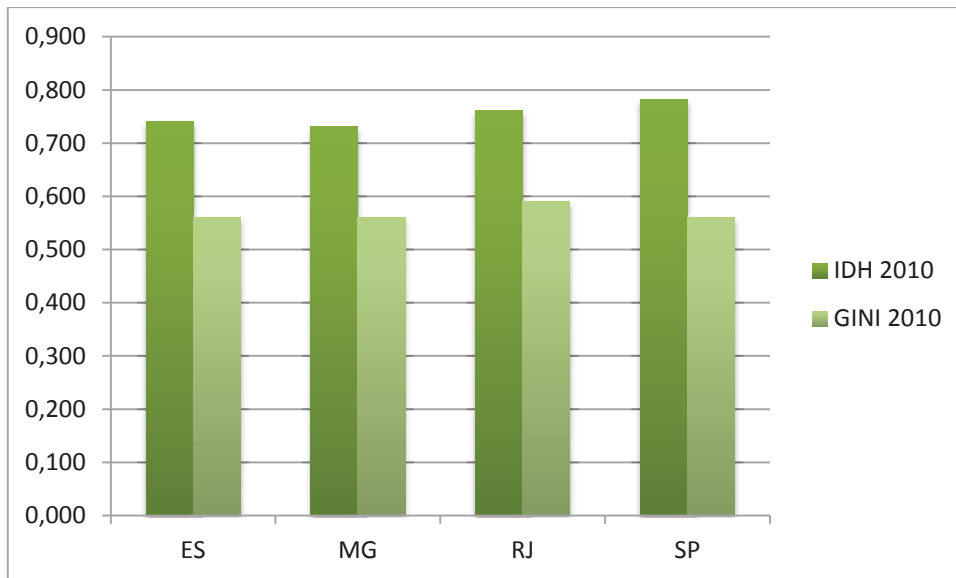
FONTE: Ipeadata.Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

Rio de Janeiro: o Rio de Janeiro possui a pior distribuição de renda do Sudeste, sendo seu IDHM superior ao IDHM regional e ao IDH nacional.

São Paulo: da mesma forma que os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, São Paulo apresenta um IDHM inferior ao IDHM regional, porém superior ao IDH nacional.

FIGURA 9: REGIÃO SUDESTE IDH-GINI 2010



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

Importante ressaltar que o grau de concentração de renda por mais que tenha evoluído, o que não deixa de ser um ponto muito positivo, ainda é considerado elevado em todos os estados integrantes da região Sudeste, pois todos estão acima do coeficiente de Gini nacional. Interessante notar que o Rio de Janeiro, por exemplo, tem a segunda maior renda per capita da região e o segundo melhor IDHM, mas é o pior em termos de distribuição de renda.

As figuras 8 e 9 retratam a evolução e comportamento do IDHM e do índice de Gini nos anos 2000 e 2010. A movimentação das colunas é a ideal a ser alcançada, ou seja, as colunas de IDH avançando e as colunas referentes ao Gini regredindo.

3.5 Região Sul:

A região Sul do Brasil compreende as seguintes unidades federativas: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao analisar o desenvolvimento pela abordagem da renda, tem-se, de acordo com a Tabela 13, um aumento generalizado na renda per capita em todas as unidades federativas componentes da região Sul do Brasil.

Efetando a comparação da renda per capita em 2010 de cada unidade da federação em relação à renda per capita média da região e da federação, que

correspondem a aproximadamente R\$940,00 e R\$1.600,00 respectivamente¹⁷, as seguintes situações são verificadas

TABELA13: RENDA PER CAPITA – REGIÃO SUL

Sigla	Estado	2000	2010
PR	Paraná	638,27	890,89
RS	Rio Grande do Sul	708,12	959,24
SC	Santa Catarina	693,82	983,90

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores reais.

Paraná: o Paraná apresenta o pior desempenho de renda per capita em relação aos demais estados da região Sul do país. Sua renda per capita é inferior a renda per capita regional em cerca de R\$50,00 e em aproximadamente em R\$700,00 da renda per capita nacional.

Rio Grande do Sul: no estado do Rio Grande do Sul verifica-se uma renda per capita superior aos rendimentos per capita da região, porém ainda aquém da renda per capita nacional em aproximadamente R\$650,00.

Santa Catarina: o estado de Santa Catarina possui a renda per capita mais elevada do Sul do Brasil, estando acima dos rendimentos per capita da região, porém ainda inferior a renda per capita do território nacional.

Verifica-se então, que no quesito renda per capita, a região Sul possui uma das médias mais elevadas do território nacional. Novamente observa-se uma situação onde mesmo a menor das rendas per capita da região Sul ainda supera a renda per capita mais alta das regiões Norte e Nordeste, sinal de grandes disparidades dentro do território nacional.

Analisando o desenvolvimento da região Sul pela perspectiva do IDH, tem-se de acordo com a Tabela 14, que a comparação entre o IDHM dos anos 2000 e 2010 para os estados desta região evidencia um aumento geral dos indicadores sociais, correspondendo à melhora ponderada dos indicadores de longevidade, educação e

¹⁷ Média realizada a partir de informações disponíveis para consulta no Anexo.

renda, conforme contemplados no cálculo do IDHM, evidenciando melhorias quanto ao desenvolvimento.

TABELA 14: IDH-M- REGIÃO SUL

Sigla	Estado	2000	2010
PR	Paraná	0,650	0,749
RS	Rio Grande do Sul	0,664	0,746
SC	Santa Catarina	0,674	0,774

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

Efetuada a comparação do IDHM em 2010 de cada unidade da federação em relação ao IDHM médio da região Sudeste e da federação, que correspondem a 0,756 e 0,699 respectivamente¹⁸, verifica-se o seguinte cenário:

Paraná: possui um IDHM inferior ao IDHM da região, porém superior ao IDH nacional. Nota-se também que o estado do Paraná superou o Rio Grande do Sul passando a ocupar a segunda colocação no IDHM da região Sul no ano de 2010.

Rio Grande do Sul: possui um IDHM inferior ao regional, no entanto, ainda apresenta um alto desenvolvimento se comparado com o IDH nacional.

Santa Catarina: o estado de Santa Catarina é o único estado com IDHM acima do regional, e foi o que obteve maior crescimento no período se destacando por ocupar o terceiro lugar no IDHM entre os demais estados do Brasil.

No que diz respeito à concentração de renda, pode-se dizer que a região Sudeste também apresentou um quadro de evolução conforme evidenciado pela Tabela 15.

TABELA 15: ÍNDICE DE GINI – REGIÃO SUL

Sigla	Estado	2000	2010
PR	Paraná	0,60	0,53
RS	Rio Grande do Sul	0,58	0,54
SC	Santa Catarina	0,56	0,49

FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

¹⁸ Informação disponível para verificação no Anexo.

Efetuada a comparação do índice de Gini em 2010 de cada unidade da federação em relação ao Gini médio da região Nordeste e da federação, que correspondem a 0,52 e 0,55 respectivamente¹⁹, verifica-se o seguinte quadro:

Paraná: possui um Gini levemente superior ao coeficiente de Gini médio do Sul do Brasil, porém ainda é inferior ao Gini nacional.

FIGURA 10: REGIÃO SUL IDH-GINI 2000



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

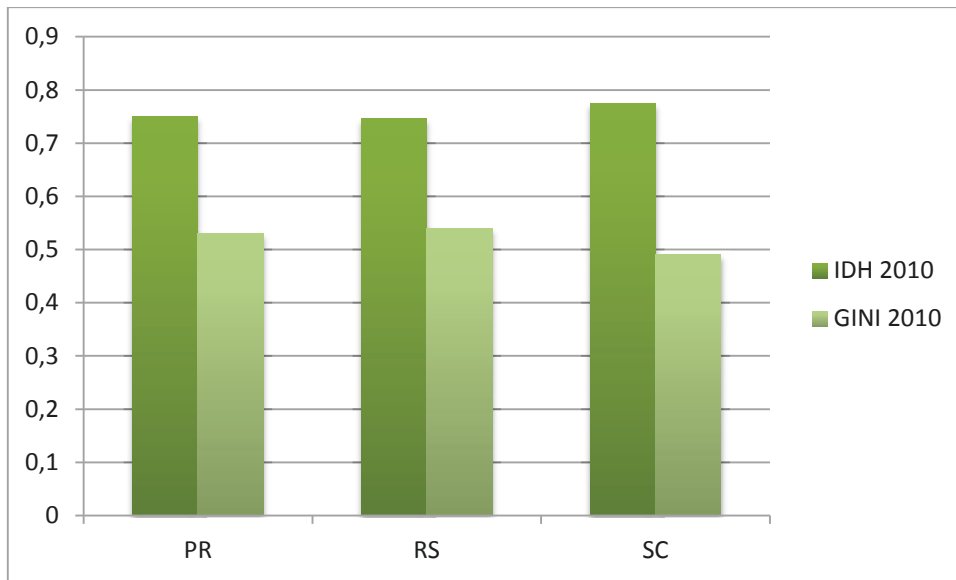
Rio Grande do Sul: no estado do Rio Grande do Sul também possui um coeficiente de Gini superior ao regional e inferior ao nacional, indicando um bom desempenho quanto à distribuição de renda sob a perspectiva do território nacional.

Santa Catarina: o estado e Santa Catarina se destaca não só pela baixa desigualdade social em relação a região Sul, mas principalmente por possuir o menor grau de desigualdade de renda de todo o território nacional.

No que diz respeito à concentração de renda, os dados mostram que a região Sul foi a que apresentou maior queda no índice de Gini, tendo os menores níveis de desigualdade social do país.

¹⁹ Informação disponível para verificação no Anexo.

FIGURA 11: REGIÃO SUL IDH-GINI 2010



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

*NOTA: Elaborado pelo autor

As figuras 10 e 11 retratam a evolução e comportamento do IDHM e do índice de Gini nos anos 2000 e 2010. A movimentação das colunas é a ideal a ser alcançada, ou seja, as colunas de IDH avançando e as colunas referentes ao Gini regredindo.

CONCLUSÃO

Os principais resultados evidenciaram um aumento geral na renda per capita e no IDHM, além de redução na desigualdade social. Em todas as cinco grandes regiões do Brasil, ao se comparar os gráficos referentes à evolução do IDHM e índice de Gini ao longo do período compreendido pelos anos 2000 e 2010, o que se obteve foi um comportamento de ascensão do IDHM e queda no coeficiente de Gini.

Porém, apesar da tendência de queda na concentração de rendimentos, esta ainda é bem acentuada no Brasil e possui discrepâncias bastante significativas entre os estados e as regiões. Das vinte e sete unidades federativas do território brasileiro, somente cinco se igualam ou possuem um grau de concentração de renda inferior ao nacional. Isto indica que na sua grande maioria o nível de desigualdade social no Brasil em 2010 é ainda bastante elevado. Já em relação ao IDH, quatorze das vinte e sete unidades da federação se igualam ou superam o IDH médio brasileiro. Desta forma, tem-se que é possível haver um alto grau de desigualdade social mesmo em regiões consideradas mais desenvolvidas.

Um exemplo claro desta conclusão pode ser verificado analisando o caso do Distrito Federal, que possui um alto nível de desenvolvimento humano segundo o IDH, sendo comparável ao índice de desenvolvimento humano de países como a Suíça²⁰, mas por outra mão, possui o segundo pior índice do Brasil em termos de distribuição de renda, sendo seu índice de Gini superior ao de países como, por exemplo, o Haiti²¹.

O desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico, do alcance da infraestrutura econômica desejada. É inerente ao alcance do desenvolvimento uma melhora na qualidade de vida da sociedade, com maior equidade na distribuição de renda além de outros fatores como a disposição de recursos naturais não só em quantidade, mas principalmente em qualidade. Mais do que nunca se faz necessário a adoção de políticas sociais específicas e pontuais para que o desenvolvimento possa ser acelerado e não desvie de sua trajetória até então ascendente.

²⁰ Informação disponível para verificação no Anexo.

²¹ Informação disponível para verificação no Anexo.

ANEXOS

1) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E GINI 2010

Ranking	País	IDH	Gini
1	Noruega	0,938	25,8
2	Austrália	0,937	35,2
4	Estados Unidos da América	0,902	40,8
5	Irlanda	0,895	34,3
13	Suíça	0,874	33,7
26	Reino Unido	0,849	36,0
29	Eslovênia	0,828	31,2
36	Hungria	0,805	30,0
40	Portugal	0,795	38,5
46	Argentina	0,775	48,8
50	Romênia	0,767	32,1
51	Croácia	0,767	29,0
56	México	0,750	51,6
57	Malásia	0,744	37,9
60	Sérvia	0,735	28,2
62	Costa Rica	0,725	48,9
63	Perú	0,723	50,5
73	Brasil	0,699	55,0
80	Jamaica	0,688	45,5
84	Argélia	0,677	35,3
91	Siri Lanka	0,658	41,1
93	Gabão	0,648	41,5
96	Paraguai	0,640	53,2
97	Filipinas	0,638	44,0
98	Botsuana	0,633	61,0
100	Mongólia	0,622	36,6
128	Quênia	0,470	47,7
145	Haiti	0,404	59,5
146	Angola	0,403	58,6

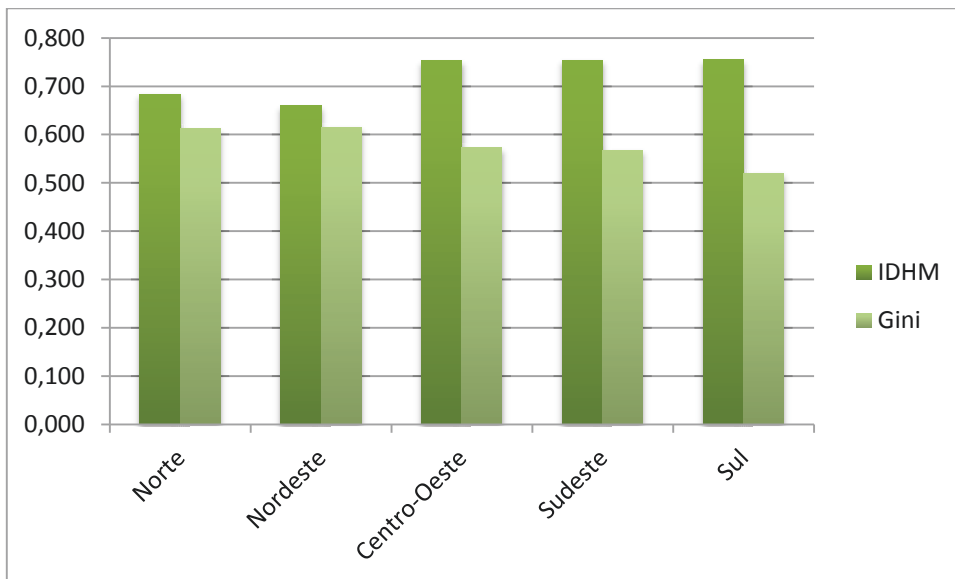
FONTE: Relatório do Desenvolvimento Humano 2010

2) PIB PER CAPITA BRASIL

Ano	Per capita (R\$)
2007	14.047
2008	15.831
2009	16.737
2010	19.285

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

3) IDHM E GINI 2010 - BRASIL



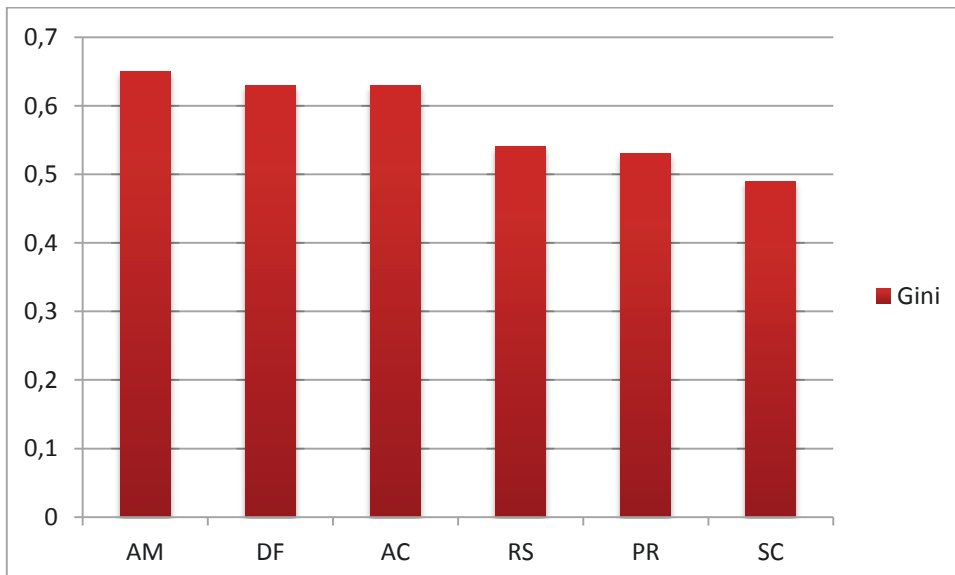
FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

4) IDHM 2010 – OS 3 MAIS ALTOS E OS 3 MAIS BAIXOS - BRASIL



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

5) GINI 2010 – OS 3 MAIS ALTOS E OS 3 MAIS BAIXOS - BRASIL



FONTE: Ipeadata. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2003. **Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados.** Disponível em www.pnud.org.br/atlas/pr/calculo_IDH.doc. Acesso em: 16/10/2014.

BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.** Trabalho apresentado para o curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. **O conceito do desenvolvimento sustentável.** Instituto Siegen, 2011. Disponível em: http://www.institutosiegen.com.br/artigos/conceito_desenv_sustent.pdf. Acesso em: 5/8/2014.

IPEADATA. **Ipeadata social.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 12/5/2014.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, 2002. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf. Acesso em: 11/7/2014.

PAULANI, Leda. **A nova contabilidade social:** uma introdução à macroeconomia. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é o IDH.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH. Acesso em: 11/7/2014.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2010. **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 19/11/2014.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Contabilidade nacional:** uma abordagem introdutória. 3.ed.rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Henrique B. M. e. **Amartya Sem, Desenvolvimento Como Liberdade – Resumo.** Seminário de Ética e Filosofia Política apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

WORLD VALUES SURVEY. **Online data analysis.** Disponível em: www.worldvaluessurvey.org. Acesso em: 19/10/2014.